

Proposta da sessão

**A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E SUAS INJUNÇÕES
PERVERSAS NO INDIVÍDUO**

Eixo temático: Psicologia Social e Institucional

Coordenador: Vinícius Romagnolli Rodrigues Gomes

Introdução

A contemporaneidade reflete uma realidade em constante mutação em todos os âmbitos de nossa vida, a saber nas crenças, tradições, instituições, vida familiar, relacionamentos, subjetividade e identidade. Diante de tal cenário, diversos teóricos buscam através de seus escritos compreender a complexa realidade na qual vivemos. Abeche (2002) considera que as mudanças que ocorrem na atualidade exigem a construção de subjetividades que dêem respaldo a essa nova modalidade de organização social, trazendo profundas transformações no processo de individualização. Fala-se em crise de identidade (Hall, 2006); em subjetividade privatizada (Figueiredo, 2002), em banalização do mal (Arendt, 1999); era do vazio (Lipovetsky, 1983), fragilidade e liquidez das relações humanas (Bauman, 1999); cultura do narcisismo (Lasch, 1983). Enfim, muitos são os conceitos e termos utilizados para retratar a realidade na qual estamos inseridos, assim sendo, o desafio para compreensão da contemporaneidade e suas implicações na vida humana, se faz pela necessidade de uma compreensão do sujeito nas interfaces com a sociedade, a política, a economia e a cultura, tarefa que nos propomos a fazer nesta sessão

Objetivos

Essa sessão coordenada possui como proposta a compreensão da sociedade contemporânea, a partir de elementos como: cinismo e a crise de autoridade da família e de que forma tais aspectos tem influenciado e afetado o indivíduo, em especial no seu

corpo e em sua memória. Para atingir tal objetivo lançamos mão da articulação entre a Teoria Crítica e a Psicanálise.

Método

Quanto à metodologia utilizamos o procedimento bibliográfico e a Pesquisa Qualitativa.

O cinismo contemporâneo

Na atual sociedade de consumo, o cinismo se tornou o amálgama ideológico que embasa as vinculações subjetivas e acarreta modificações na dinâmica interna dos indivíduos; estamos diante de uma cultura que privilegia o uso da razão cínica como forma de vinculação com a realidade. Esta razão não busca tão somente moldar as subjetividades para que estas se dobrem aos clamores do consumo e suas finalidades lucrativas, como era o caso da razão técnica descrita por Adorno. A razão cínica busca antes, formar subjetividades indiferentes às tantas mentiras manifestas engendradas pelo capitalismo, mentiras estas que “tomam o outro por imbecil e servem de expressão ao desrespeito” (Adorno, 1993, p.24). Vemos atualmente uma discrepância entre a questão econômica e a questão humana no sistema social, sendo que ao mesmo tempo em que alcançamos níveis inimagináveis de tecnologia, conforto e produção, notamos que mais objetificados, descartáveis e consumistas os indivíduos devem ser para sustentar as estruturas da sociedade. Por isso é interessante criar e fomentar uma cultura do cinismo, propagadora de uma forma de vida que segue sistemas de valores que se invertem no momento de sua aplicação – fazendo com que as transgressões sejam enunciadas como imperativos. (Safatle. 2008). Na sociedade que é regida pelo consumismo, o objetivo final é fragilizar os homens em seus vínculos afetivos e enlaçá-los às falsas necessidades de compra. Para que todos permaneçam no universo da compra-uso-descarte é necessário que o discurso mercadológico apenas pareça individual, mas seja, na verdade, totalizador e padronizador de subjetividades. Daí seu caráter ambíguo e cínico, que por mais manifesto que seja, permanecerá oculto nas artimanhas da

publicidade. O indivíduo atual é o próprio ser da máscara mortuária: o belo por fora e vazio por dentro, o completo que esconde o vazio, o cínico sádico que esconde o humilhado masoquista.

A crise da autoridade e suas repercussões na relação indivíduo-cultura.

No dizer de Cabot (2010), contata-se atualmente a quebra das tradições e da transmissão de valores pelo viés da família e das figuras parentais, sendo estes substituídos pelos meios de tecnificação. Elucida que é tarefa da tradição fornecer elementos para a formação, configuração e formas de interpretação dos indivíduos, e anuncia a família como principal vetor nessa transmissão. Temos nos deparado, portanto, com uma sociedade autoritária e impositiva, onde a autoridade não se caracteriza por ser legítima e amorosa capaz de orientar o indivíduo ao pensamento e reflexões críticas. Nesse contexto, sob a primazia da lógica do consumismo, O Ideal de Eu, que se constituiria, no processo de elaboração edípica a partir da internalização das leis que advém das figuras parentais tem de forma impositiva, como presença forte, idealizada, disseminada e referenciada: O grande Mercado, o qual promove e propaga ideais altos e inatingíveis; e corroboram para um conseqüente sofrimento. Por fim, vemos que na contemporaneamente, a autoridade da família vem sendo destituída de seu valor histórico e constitutivo na formação e no acolhimento de seus membros, na medida em que o caráter fundante e protetor que seria responsabilidade/autoridade da família vem sendo substituído pelo Grande Mercado, que se dissemina de forma glamourosa por uma via impositiva e autoritária, na qual se dissemina via seduções e enganos o grande dever, o ideal da cultura mercadológica: o dever ao prazer irrestrito, com sua falsa promessa de completude.

Body art e o grotesco: desafios a sensibilidade

Para Theodor Adorno, a arte na modernidade ao ser tomada como bem de consumo e ao ser calculada e manipulada para gerar emoções pressupostas, se torna falsa, sintética, exibição da indústria cultural e impossibilidade de educar os sentidos

contra uma identidade fixa. Por outro lado e em alguns casos, a arte moderna, por seu caráter fragmentário e expressivamente não-conciliado (em oposição a arte na antiguidade clássica) reflete a dor/sofrimento humano e anuncia a multiplicidade de interpretações possíveis, já que se impõe como um bem cultural que não guarda em si uma síntese redentora. Por isto, a arte pode produzir experiências e retirar o sujeito de sua posição passiva. Contudo, em algumas vertentes da chamada arte contemporânea se instaura uma relação relativamente nova dentro da história da arte. Vale resgatar a tese da “sociedade excitada” de Christoph Türcke que defende a hipótese de que nossa sociedade guarda em si um caráter traumatogênico (portanto atualiza as gêneses traumáticas dos sujeitos) e assim, lançam a possibilidade de interpretar a *Body Art* como um reflexo, mas também como denúncia, desta condição social da atualidade de excesso e, conseqüentemente, de anestesia sensória pelos choques corriqueiros e contínuos do dia-a-dia e do vício em sensações alastrado no modo de vida atual. Este vício aparece também como correlato da repetição compulsiva decorrente do trauma freudiano, que se apresenta no fenômeno das *Body Modifications*: vício na mudança corporal e na dor, sendo a *Body Art* um desdobramento desta. Para Freud, a ferida física é uma forma de conter o trauma, uma contra-catexia que localiza a ameaça traumática em um perigo real. A ferida corporal daria contornos ao trauma. Dito isto, compreende-se que para quem pratica a mutilação corporal, tem o registro encarnado de uma dor não simbolizada, uma memória corporal que funciona como uma tina, evitando um colapso.

A psicanálise e o resgate da memória

Nas obras de autores como Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur, constatamos a defesa de uma “lembrança ativa”, a qual se baseia em um trabalho de elaboração do luto/do passado, o que representa um “uso efetivo” da memória em detrimento do “uso estéril” que sacraliza o passado e mantém os indivíduos em uma repetição compulsiva do já vivido que dificulta/impede a elaboração de vivências traumáticas que possibilitariam um viver melhor no presente e por conseqüência no futuro. Assim sendo, para se preservar a memória se faz necessário resgatar o passado e a História, a

qual pode clarificar e possibilitar a alteração do presente, bem como a construção de um futuro não compulsivo e que reflete a “não repetição”. Para Adorno o que importa é a maneira pela qual o passado é tornado presente, sendo que não se trata de fazê-lo para manter a queixa, a acusação ou recriminação dos “culpados”, pois isso seria poupar-se do esforço doloroso que o esclarecimento a respeito do passado implica. Para Nietzsche o enclausuramento nesse ciclo vicioso de busca pelos culpados a propósito do passado faz com que não seja possível abertura alguma em direção ao presente. Assim sendo, vemos que um bom uso da memória seria no sentido de “elaborar” o passado, lembrá-lo não de forma estéril como no “culto ao passado”, mas como uma análise esclarecedora do presente. (Gagnebin, 2006). Ricoeur (op.cit) enaltece os conceitos freudianos de “trabalho de elaboração” e de “trabalho de luto”, sendo que enquanto aquele permitiria sair da repetição, este possibilitaria uma nova ancoragem na vida ao possibilitar o desligamento do objeto de amor original para que se possa internalizar algo novo. (Gagnebin, 2006).

Síntese/Conclusão

O esvair da memória, fruto de um tempo que subjogou a potencialidade da narrativa e que vêm, portanto, impossibilitando a formação da experiência como propõe Walter Benjamin, acaba sendo um terreno fértil para que o indivíduo sucumba ao trauma. Contudo, concluímos que é pelo resgate da memória e da narrativa que é possível identificar os fatores traumáticos dessa cultura e através da reflexão crítica elaborar a vivência traumática de forma a romper com o circuito repetitivo. Diante disto, temos o compromisso com a Psicologia de enxergar de formas menos ingênua e mais crítica as injunções culturais de nosso tempo, reconhecendo seus reflexos nos indivíduos (Rodrigues, 2011).

Apresentação 1

PSICANÁLISE E MEMÓRIA: A LUTA CONTRA O ESQUECIMENTO

Vinícius Romagnolli Rodrigues Gomes*

Introdução

A questão da memória desperta grande preocupação atualmente no âmbito dos estudos realizados nos campos da História, Filosofia, Educação e Psicologia. A inquietação que se tem com tal tema, faz da memória não apenas um objeto de estudo como também uma “tarefa ética”. (Gagnebin, 2006).

Nas obras de autores como Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur, constata-se uma defesa da “lembrança ativa”, a qual se baseia em um trabalho de elaboração do luto/do passado, o que representa um “uso efetivo” da memória em detrimento do “uso estéril” que sacraliza o passado e mantém os indivíduos em uma repetição compulsiva do já vivido que dificulta/impede a elaboração de vivências traumáticas que possibilitariam um viver melhor no presente e por consequência no futuro. Isto é, para se preservar a memória se faz necessário resgatar o passado/a história. História que pode clarificar e possibilitar alterar o presente construir um futuro não compulsivo, que reflete a não repetição (Freud, 1914/2010).

Objetivos

O presente projeto tem como fundamento teórico a psicanálise. E para ampliar o estudo da temática far-se-á interface com estudos historiográficos de Jacques Le Goff e sociológicos de Maurice Halbwachs. Este projeto tem por objetivo identificar alguns elementos na cultura que provocam o trauma social; bem como descrever a dinâmica dos processos psíquicos diante da situação traumática e analisar as repercussões do trauma, em especial o ressentimento.

Método

Partindo do pressuposto de que a pesquisa teórica consiste em um levantamento da bibliografia fundamental na área escolhida, a partir de um problema identificado e de um questionamento com a finalidade de construir explicações teóricas para o problema colocado; acreditamos que o método descritivo, nos permite analisar nosso objeto de uma forma ampla e adequada. A partir de tal método, podemos realizar uma discussão bibliográfica dos documentos selecionados acerca do tema, bem como fazer uma posterior análise dessas fontes documentais e uma discussão dos conteúdos pesquisados, estabelecendo um diálogo crítico com os autores consultados, a fim de atingir os objetivos propostos nesta pesquisa.

Resultados e Discussão

A questão da memória desperta grande preocupação atualmente no âmbito dos estudos realizados nos campos da História, Filosofia, Educação e Psicologia. O cuidado com tal tema faz da memória não apenas um objeto de estudo como também uma “tarefa ética”, sendo que o nosso dever seria preservar a memória; e para isto resgatar o passado. Embora seja antiga, a preocupação com a memória assume atualmente certas peculiaridades, como ressalta Maurice Halbwachs (2006); tais peculiaridades se dão pelo fato de que não estamos mais inseridos em uma tradição de memória viva, oral e coletiva, logo, vemos atualmente um sentimento de caducidade das existências e obras humanas, o que nos leva a criar “estratégias” de conservação da memória, isto é mecanismos de lembrança.

Sobre A Memória

A memória é um fenômeno individual e psicológico, que se liga também à vida social; a memória muda em função da presença ou da ausência da escrita. A apreensão da memória depende do ambiente social e político; trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um modo de apropriação do tempo. As direções atuais da memória estão profundamente

ligadas às novas técnicas de cálculo, de manipulação da informação, do uso de máquinas e instrumentos, cada vez mais complexos. A memória tem como função conservar certas informações. A memória encontra-se atrelada à um conjunto de funções psíquicas, nas quais o homem pode atualizar impressões, informações, percepções e representações passadas. Assim sendo, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia. Certos aspectos do estudo da memória podem evocar, de forma metafórica ou de forma concreta, traços e problemas da memória social e histórica. (Le Goff, 1990)

Pierre Janet (citado por Le Goff, 1990) considera que o ato mnemônico fundamental é o "comportamento narrativo". Narrativa que se caracteriza prioritariamente pela sua *função social*, em outras palavras é a comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo. Aqui nota-se a aproximação entre linguagens e memórias. A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do corpo para estar interposta nos outros, nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, já existe certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória. (Le Goff, 1990)

Leroi-Gourhan (citado por Le Goff, 1990) distingue três tipos de memória: a memória *específica*, a memória *étnica* e a memória *artificial*. A memória específica define a fixação dos comportamentos de espécies animais, já a memória "étnica" assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas e por fim a memória "artificial", eletrônica em sua forma mais recente, que assegura, sem recurso ao instinto ou à reflexão, a reprodução de atos mecânicos encadeados. (Le Goff, 1990).

Psicanalistas e psicólogos reforçam a idéia de que tanto a recordação quanto o esquecimento de um fato, provocado tanto por manipulações conscientes ou inconscientes vão depender dos seguintes elementos, de cada indivíduo: o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura. Tornar-se senhor da memória e do esquecimento é de acordo com Le Goff uma das grandes preocupações das classes, dos

grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (Le Goff, 1990).

De acordo com Le Goff (1990) estudar a memória social constitui um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história. Ao estudar a memória histórica é necessário enfatizar as diferenças entre as sociedades de memória essencialmente oral e as sociedades de memória essencialmente escrita, como também descrever às fases de transição da oralidade à escrita, na qual se vê uma "domesticação do pensamento selvagem".

História E Memória

Para entendermos a importância da história e as suas relações com a memória e o esquecimento é necessário fazer uma digressão de desenvolvimento desses conceitos se no percurso da história.

Na Idade Antiga há uma predominância da memória oral em que a memória escrita ou figurada tem funções específicas; na fase medieval há um equilíbrio entre as duas memórias com transformações importantes das funções de cada uma delas; já na fase moderna vemos processos decisivos da memória escrita, ligada à imprensa e à alfabetização; e, por fim, vemos os desenvolvimentos do último século da chamada "memória em expansão". O historiador grego Heródoto afirmava que o papel da história seria o de preservar aquilo que deve sua existência aos homens, para que o tempo não o oblitere. Assim, a história teria por objetivo salvar os feitos humanos, conferindo-lhes um caráter de imortalidade em oposição ao ciclo vital do homem. As interrupções que rompem no cotidiano da vida são os temas da história. Os homens entenderam que poderiam usufruir de uma imortalidade, marcar seu lugar no cosmo, ao narrar seus feitos e palavras para a posteridade. Logo a capacidade humana de realizar a inversão da vida biológica à imortalidade, seria a recordação. A história desempenhava o papel de imitadora da ação, realizando a reconciliação do homem com a realidade por meio das lágrimas da recordação, fruto da catarse, quando ator, autor e espectador seria uma

mesma pessoa. Assim sendo, a solução da historiografia grega não era filosófica, mas poética, pois os poetas e historiadores conferiam fama imortal aos feitos e palavras fazendo-os perdurarem mesmo após a morte de seu autor. (Le Goff, 1990).

Já na Idade Média a memória coletiva formada por diferentes estratos sociais sofre profundas transformações. Tais transformações vêm essencialmente da difusão do cristianismo como religião e como ideologia dominante e do quase-monopólio que a Igreja conquista no domínio intelectual. Cristianização da memória, repartição da memória coletiva entre uma memória litúrgica girando em torno de si mesma e uma memória laica de fraca penetração cronológica, desenvolvimento da memória dos mortos, principalmente dos santos, papel da memória no ensino que articula o oral e o escrito, aparecimento enfim de tratados de memória, tais são os traços mais característicos das metamorfoses da memória na Idade Média. (Le Goff, 1990).

A Idade Moderna iniciada em 1453 teve como fundamento de história a dúvida cartesiana que proclamava a impossibilidade do homem confiar nas evidências do sentido e nas faculdades humanas; assim o homem pôde constatar que aquilo que antes lhe parecia uma verdade aos olhos se mostrou efêmero e incerto, sendo os sentidos uma fonte de erro e ilusão. A consequência imediata disto para o conceito de história foi a constatação de que, por um lado, o homem é incapaz de conhecer o mundo que lhe é dado, e por outro, que ele deve conhecer aquilo que faz. (Le Goff, 1990).

Por fim, na Idade Contemporânea, podemos destacar entre as manifestações importantes ou significativas da memória coletiva, o aparecimento, no século XIX e no início do século XX, de dois fenômenos. O primeiro é a construção de monumentos aos mortos, em seguida a Primeira Guerra Mundial. A comemoração funerária encontra aí um novo desenvolvimento, sendo que em numerosos países é erigido um túmulo ao soldado desconhecido, procurando ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato, proclamando sobre um cadáver sem nome a coesão da nação em torno da memória comum. O segundo é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica. (Le Goff,

1990).

Atualmente com os desenvolvimentos da cibernética e da biologia houve uma mudança na concepção de memória. Fala-se da memória dos computadores e da hereditariedade, isto é o código genético traz em si a sua memória. Esta extensão da memória à máquina e à genética teve repercussões diretas nas pesquisas sobre memória, passou-se de um estágio fundamentalmente empírico a um estágio mais técnico. Assim sendo, vemos na contemporaneidade um esforço da razão ocidental no sentido de compreender e dominar a imprevisibilidade da ação humana. (Le Goff, 1990).

A Ruptura Entre Passado E Futuro

A falta de memória indica a existência de uma brecha entre o passado e o futuro, entre o espaço e um tempo no qual as antigas referências estão dissolvidas em memórias oficiais sem sentido, que não mostram as causas ou origens da situação atual da condição humana. Portanto, a falta de memória se traduz em um bloqueio no qual se impede o acesso aos “tesouros” do passado e da tradição. (Arendt, 1999).

Hannah Arendt (1906 – 1975), filósofa alemã, considera que sem testamento ou sem tradição que selecione e nomeie que transmita e preserve que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e, portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem. (Arendt, 1999).

Essa ruptura com o passado se deve a um lapso da memória, tanto daqueles que deveriam herdá-la, quanto dos atores e testemunhas das ações passadas, que acabaram por não transmitir a sua história. Isso ocorre pelo fato da memória, enquanto um modo do pensamento tornar-se ineficaz sem um quadro de referências que lhe permita reter o conhecimento. Essas referências são os resultados que os acontecimentos vividos conquistam que advêm das reflexões, questionamentos, aprendizagens que permanecem nas lembranças históricas. No entanto para que o presente possa usufruir dessa herança

do passado é preciso que a memória seja articulada e retomada, e dessa forma, possamos fazer uso do “tesouro perdido”. (Arendt, 1999).

A retomada do passado é importante pela possibilidade de narrar experiências do político que possam ser apreendidas e que revelem o sentido dos acontecimentos políticos do presente, encontrando assim correspondências entre o passado e o presente. A história busca o passado fragmentado e não transmitido pela tradição, composto pelas memórias esquecidas, as que somente podem ser contadas pelos que pertenciam às causas políticas derrotadas ou minoritárias. O presente não esquece, nem domestica o passado. (Arendt, 1999).

Recuperar o passado é assim uma primeira garantia de um sentido para o presente. Ao recorrermos à memória dos relatos e testemunhos das épocas passadas, estamos transformando essas narrativas em história, fazendo com que um amontoado de fatos ganhe sentido. O narrador histórico é aquele que procura o sentido das ações humanas e encontra nelas uma conexão com os acontecimentos que se precipitam no presente. Sua importância não está em apresentar uma imagem do passado, tirando sua autenticidade, mas em transformá-lo em uma experiência política única que possa renovar o futuro com seu reconhecimento no presente. Um sentido histórico só pode ser apreendido se o acontecimento passado for interrogado. (Arendt, 1999).

A reflexão a que almeja o conceito de história proposto por Hannah Arendt consiste em um duplo movimento de resgate: por um lado, recupera os acontecimentos e fatos históricos em suas particularidades e de acordo com sua importância para o presente; e, por outro lado, a partir desse sentido recuperado da história, elabora os conceitos e valores políticos que utilizamos no manejo dos eventos cotidianos. (Arendt, 1999).

A Sacralização Da Memória E O Ressentimento

O filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) denuncia em sua obra “Considerações Intempestivas” a acumulação obsessiva, cujo efeito não consistia na conservação do passado, mas antes em uma paralisia do presente, na mesma linha

Tzvetan Todorov (citado por Gagnebin, 2006) fala da complacência em demorar-se nas comemorações do passado em detrimento do presente; o autor faz uma crítica à “sacralização” da memória, fato que a tornaria estéril e que seria uma forma de encarceramento ao se configurar como uma “permanência” no ressentimento. (Gagnebin, 2006).

Ao pensarmos em eventos históricos e em memória, faz-se necessária a discussão sobre Auschwitz, que representa nas palavras de Gagnebin “aquilo que não pode ser esquecido” e que nos impõe “um dever de memória”. Porém tal trabalho de memória se deu de uma forma diferente no pós 2ª Guerra se comparado aos dias de hoje; sendo que se por um lado os sobreviventes do Holocausto não esqueciam sua experiência traumática, por outro vemos que meio século depois nós conseguimos perfeitamente esquecer Auschwitz. (Gagnebin, 2006).

Theodor W. Adorno (1903-1969) escreveu vários ensaios sobre a necessidade de não nos esquecermos desse episódio a fim de não repeti-lo. Adorno não defende, no entanto, as comemorações incessantes; falando de uma “luta contra o esquecimento” que se faz necessária diante da forte tendência e desejo de esquecer, sendo que no caso dos nazistas, podemos pensar na relação entre culpabilidade e vontade de esquecer. (Gagnebin, 2006).

Há casos em que o esquecimento se dá à custa do recalque de marcas mnêmicas e não da superação de um agravo, assim sendo o que ocorre com o recalque é a repetição e não o esquecimento; o recalcado é o passado que não se apaga e retorna no sintoma; o recalcado permanece vivo e preservado na forma de representações psíquicas relacionadas ao vivido por meio de cadeias associativas. Tal situação ocorre tanto individualmente quanto aquilo que se mantém calado e inconsciente na vida das sociedades. (Kehl, 2004).

A memória do sofrimento e da injustiça alimenta o ressentimento quando sua evocação mantém as antigas vítimas na mesma posição que ocuparam no passado colhendo ganhos secundários de autopiedade; por outro lado, a elaboração se faz importante no sentido de buscar uma reparação e para evitar a repetição. Lembrar um

trauma ou situação injusta é condição que se pressupõe para a reparação de um mal que se causou ou se sofreu. É fato que não podemos lembrar tudo sempre; além disso, o excesso de apego a memória do passado impede e bloqueia a ousadia criativa. (Kehl, 2004).

A relação entre memória e trauma é de interesse fundamental para a Psicanálise; o trauma é aquilo que não conseguimos esquecer e que ao mesmo tempo é intolerável recordar ou transmitir. O trabalho de memória é fundamental para a superação dos traumas individuais e coletivos, tal trabalho implica a transformação de uma coisa em outra, ou seja, o trabalho de memória permite o verdadeiro esquecimento, o qual seria o desligamento das cargas libidinais fixadas às representações da cena traumática. (Kehl, 2004).

O trabalho de memória não pode ser confundido com aquilo que Todorov chama de “abusos da memória”, ou seja, uma fixação doentia ao passado e que alimenta o ressentimento de geração em geração, levando como lembra Gagnebin a fixar herdeiros da geração que sofreu o trauma à herança traumática de seus pais e avós, forçando uma identificação muitas vezes patológica com um dos papéis da díade algoz/vítima. Para impedir que um trauma histórico produza ressentimento e todas as formas de fanatismo e abusos da memória é preciso um trabalho coletivo de (re)simbolização. (Kehl, 2004).

O trabalho de simbolização não pode ser individual; ele é coletivo e requer a presença de outros no lugar do terceiro que tenha legitimidade para “testemunhar” o ocorrido. Testemunha aqui tem o significado não daquele que viu com os próprios olhos, mas sim aquele que consegue ouvir a narração insuportável do outro e aceita que suas palavras revezem a história do outro; é somente essa retomada reflexiva do passado junto a uma testemunha que pode nos ajudar a não repeti-lo *ad infinitum*, e nos levar a ousar esboçar outra história. É esse o papel do analista quando escuta as narrativas traumáticas que não pedem interpretação, mas sim a presença atenta de uma testemunha. (Kehl, 2004).

As comunidades criaram ao longo do tempo formas de celebrar e lembrar não

apenas seus momentos vitoriosos na história, mas também as atrocidades que sofreram; o que demonstra a importância de inscrever no campo simbólico das representações coletivas, as marcas do vivido. A necessidade dessas ações se deve ao fato de que uma violência traumática não nomeada e sem significado para o mundo é algo insuportável tanto para as vítimas quanto para seus herdeiros. Nesses casos o esquecimento fere como uma segunda violência, mais duradoura do que a primeira. (Kehl, 2004).

A Psicanálise Contra O Esquecimento

Nietzsche contrapunha duas formas de esquecimento, um primeiro dito “natural” e necessário a vida (correspondente ao esquecimento ativo de Ricoeur) e um segundo que seria um esquecimento “duvidoso”; uma espécie de “fazer de conta que não sabe” (o qual Ricoeur denomina esquecimento de fuga, a serviço da resistência), equivalente aos mecanismos de denegação e recalçamento dos quais nos fala Freud. Contra tal denegação e repressão, Adorno propõe um “esclarecimento racional”. (Gagnebin, 2006).

Para Adorno o que importa é a maneira pela qual o passado é tornado presente, sendo que não se trata de fazê-lo para manter a queixa, a acusação ou recriminação dos “culpados”, pois isso seria poupar-se do esforço doloroso que o esclarecimento a respeito do passado implica. Para Nietzsche o enclausuramento nesse ciclo vicioso de busca pelos culpados a propósito do passado faz com que não seja possível abertura alguma em direção ao presente. Assim sendo, vemos que um bom uso da memória seria no sentido de “elaborar” o passado, lembrá-lo não de forma estéril como no “culto ao passado”, mas como uma análise esclarecedora do presente. (Gagnebin, 2006).

Essa discussão se articula com a Psicanálise e podemos vê-la na obra do filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005), que se utiliza dos conceitos freudianos de “trabalho”, “elaboração” e “retorno do passado” para pensar por analogia os processos coletivos de memória, esquecimento e repetição. Ricoeur (2005) busca compreender a partir de Freud processos coletivos e políticos de elaboração do passado, tais como políticas de anistia, perdão, investigações, bem como processos de recalque coletivo e

retorno violento do recaiado. Elaborar o passado consistiria para Freud na saída da compulsão à repetição (a qual considera o maior obstáculo para o progresso rumo à cura psicanalítica), ou seja, da queixa incessante que se baseia na lembrança traumática. O trabalho de lembrança que Freud postula é considerado por Ricoeur um “uso crítico da memória”. (Gagnebin, 2006).

Freud sugere em “Recordar, repetir e elaborar” que a doença seja encarada como um “adversário digno” e não como algo vergonhoso, logo, a partir da doença pode-se extrair elementos importantes para a vida posterior. Vemos aqui o apelo tipicamente iluminista de Freud para se criar coragem e enfrentar o passado a fim de esclarecê-lo e compreendê-lo. Ricoeur (op.cit) enaltece os conceitos freudianos de “trabalho de elaboração” e de “trabalho de luto”, sendo que enquanto aquele permitiria sair da repetição, este possibilitaria uma nova ancoragem na vida ao possibilitar o desligamento do objeto de amor original para que se possa internalizar algo novo. (Gagnebin, 2006).

Pode-se ainda estabelecer uma relação entre a compleição melancólica e a obsessão comemorativa denunciada por Todorov e citada no início do texto, na medida em que tal obsessão pode reinstalar os sujeitos num círculo de culpabilidade e auto-acusação; tal complacência narcísica (típica da melancolia) forneceria ao sujeito a “vantagem” em desistir do trabalho de luto, ou seja, de fazer novos investimentos libidinais, para se instalar na queixa e tristeza infinitas, o que leva em última instância, a permanência no passado em vez da ousadia de se enfrentar o presente. (Gagnebin, 2006).

Conclusões

Por fim, em oposição a essas figuras melancólicas e narcísicas da memória, vemos em Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur uma defesa da “lembrança ativa”, a qual se baseia em um trabalho de elaboração e de luto com relação ao passado, o que nos leva como bem destacou Gagnebin a lembrar dos mortos por piedade e fidelidade, mas sem deixar de atentar aos vivos.

Assim sendo, tanto a História como a Psicanálise devem lutar contra um esquecimento, porém sem perder de vista o “uso efetivo” da memória em detrimento do “uso estéril” que ao sacralizar e cultuar o passado nos mantém na repetição do mesmo e nos afasta da elaboração de traumas que possibilitariam um melhor presente e futuro. Encerro com as palavras de Le Goff (1990, p.402): “A memória (...) procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

Referências

Adorno, T, W.; Horkheimer. (2006). *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.

Freud, S. (2010) *Introdução ao narcisismo: ensaios metapsicológicos e outros textos (1914 – 1916)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Gagnebin, J. (2006). *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34.

Halbwachs, M. (2006). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro.

Kehl, M. (2004). *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Campinas: Unicamp.

Moreno, M. M. *Trauma: o avesso da memória*. (2009). Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.

Ricoeur, P. (2005). *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp.

Apresentação 2

A CRISE DA AUTORIDADE E SUAS REPERCUSSÕES NA RELAÇÃO INDIVÍDUO-CULTURA.

Tatiane A. Zancopé*
Regina P. C. Abeche
Angela M. P. Caniato

O presente trabalho diz respeito aos resultados parciais de um projeto de iniciação científica (PIC/UEM), ainda em andamento. Objetiva investigar a repercussão e as implicações do papel desempenhado pela autoridade no psiquismo e sua relação com a cultura contemporânea.

Este tema por ser fonte de questionamentos, principalmente, ao se ouvir de modo recorrente, no cotidiano, sobre a crise de autoridade, torna-se um tema instigante a ser investigado. Para se atender o proposto, torna-se esclarecedor investigar o mundo psíquico inserido em um contexto histórico e cultural. Nesse sentido, faz-se mister a compreensão da internalização de valores contemporâneos que parecem não estar fundados em uma autoridade que contribui na constituição de uma sujeito autônomo, capaz também de desenvolver a sua autoridade, bem como esclarecer quais são as “figuras de autoridade”, na atualidade que prevêm o dever ao prazer e ao consumo - valores atualmente disseminados. Ademais, melhores elucidacões sobre o problema em tela, apresentam-se como maneira de aquilatar os efeitos da falta de autoridade e de figuras que desempenhem seu papel para o psiquismo humano.

Sabe-se que a elaboração edípica ocorre a partir da internalização de figuras de autoridade, os pais ou por aqueles que cumprem com a função materna e paterna, e que o super ego é o herdeiro do complexo de Édipo. Nessa perspectiva será investigada a autoridade existente na conjuntura atual, uma vez que possui papel subjetivante na vida da criança ao propiciar sua entrada na cultura. Em outras palavras, a elaboração edípica e a internalização da autoridade de figuras amorosas permitem a individuação do sujeito, isto é, sua alteridade e singularidade: o permite ser um.

Como referencial metodológico, faz-se uso da pesquisa bibliográfica com o intuito de permitir um reforço paralelo à análise da pesquisa e manipulação das informações adquiridas. Além disso, também - tendo em vista o caráter construtivo e interpretativo do conhecimento - utiliza-se também aporte metodológico da pesquisa qualitativa proposta por Gonzáles Rey (2005).

No dizer de Cabot (2010), contata-se atualmente a quebra das tradições e da transmissão de valores pelo viés da família e das figuras parentais, sendo estes substituídos pelos meios de tecnificação. Elucida que é tarefa da tradição fornecer elementos para a formação, configuração e formas de interpretação dos indivíduos, e anuncia a família como principal vetor nessa transmissão.

Não obstante, a partir do modo de produção capitalista dos séculos XX e XXI, foram causadas profundas modificações na constituição do homem, a saber, com a tecnificação e a massificação da cultura por meio dos meios de comunicação. Tal fato provocou uma ruptura de tradição, ocasionando um colapso na transmissão de conceitos prévios que possibilitariam as interpretações dos códigos culturais. A transmissão de tradições, atualmente, possui como principal vetor os meios técnicos de comunicação de massa, que por sua vez, promovem diferentes formações de conceitos e formas para o entendimento de mundo (Cabot, 2010).

Tal afirmação se reitera a partir dos escritos de Adorno (1978, p.287) no que diz respeito os processos engendrados pela Indústria Cultural. Segundo o autor, “a indústria cultural é a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores”, isto é, em uma leitura de classes sociais, remete-se a uma verticalidade onde produtos e idéias são adaptados às massas, visando, em última instância, seu controle social e manutenção do *status quo* a partir de uma homogeneização. A indústria cultural nega a alteridade do indivíduo e, nesse sentido, a construção de sua identidade enquanto, ser único e singular, e também, capaz de reconhecer a necessidade da participação dos outros indivíduos em sua vida.

Adorno e Horkheimer (1985) cunham o conceito de Indústria Cultural em 1947 para se referirem a manipulação pelo fetiche feita pelos diversos meios de comunicação,

que possuem o propósito de seduzir os indivíduos para que consumam, “educando-os”, assim, para a manutenção do sistema econômico.

Nos dizeres de Adorno (1978, p.293), a Indústria Cultural “produz formas de comportamentos padronizados e indivíduos conformados com as idéias relativas ao *status quo*, de modo a não haver uma confrontação pelos homens das ordens transmitidas”. Nesse sentido, nota-se a dificuldade do desenvolvimento de indivíduos autônomos, hábeis de distinguir e decidir de modo consciente.

Destarte, para Adorno (1978), todo objeto produzido pela indústria cultural visa em última instância o lucro, a fim de manter no mercado seus produtores. Nesse sentido, Indústria Cultural subjuga os indivíduos, inseridos em um contexto onde se caracterizam por objetos geradores de lucro, claramente contrários ao sentido exato da cultura – cultivar o espírito humano – onde se ofereceria elementos para a construção da autonomia, reflexão e crítica.

Partindo desse viés, avigora-se o papel da ideologia como imprescindível para a manutenção da Indústria Cultural, estabelecendo-se como os pilares de sustentação da relação indivíduo-cultura. Adorno (citado por Cohn, 1996) afirma que “a eficácia da ideologia reside na capacidade para vender o acesso aos resultados da atividade social como produtos” (p. 86).

Para Adorno (1978, p.294) “a satisfação compensatória que a indústria cultural oferece às pessoas ao despertar nelas a sensação confortável de que o mundo está em ordem, frustra-as na própria felicidade que ela ilusoriamente lhes propicia”. Criam-se falsas necessidades que são administradas e que, por sua vez, corroboram para emergência de padrões inatingíveis, estipulados e delimitados para não serem alcançados.

Vive-se a lógica do prazer a qualquer custo, onde o individualismo e o hedonismo são características ímpares da contemporaneidade (Lipovetsky, 2007). Tal imperativo ao gozo, isto é, esse prazer sem o contorno necessário do princípio realidade, reflete, por sua vez, na falta de autoridade – esta aqui entendida enquanto amorosa e indispensável à vida do indivíduo.

Depara-se, portanto, com uma sociedade autoritária e impositiva, onde a autoridade não se caracteriza por ser legítima e amorosa capaz de orientar o indivíduo ao pensamento e reflexões críticas.

Nesse contexto, sob a primazia da lógica do consumismo, O Ideal de Eu, que se constituiria, no processo de elaboração edípica a partir da internalização das leis que advém das figuras parentais, - considerando-o principalmente nos dois momentos de sua primazia no desenvolvimento: na idade de 3 aos 5 anos, o ápice do Édipo, e na adolescência, com as possibilidades de novos rearranjos do conflito edípico - tem de forma impositiva, como presença forte, idealizada, disseminada e referenciada: O grande Mercado. Mercados que promovem e propagam ideais altos e inatingíveis; e corroboram para um conseqüente sofrimento. Além disso, constata-se a existência de uma prerrogativa de prazer que lança o indivíduo a uma obrigação ao gozo. O indivíduo se torna coagido a viver exclusivamente pelo funcionamento do princípio do prazer, sem a mediação necessária do princípio realidade. De acordo com Freud (1938), o Supereu incorpora os ideais venerados pela sociedade. Nesse sentido, por meio da internalização de ideais da cultura atual, cujo principal objetivo almejado encontra-se marcado pela busca do prazer, as exigências do Supereu, por sua vez, vão de encontro à lógica do goza! Em outras palavras neste contexto constata a existência de um Supereu tirano, cujas exigências perpassam a lógica do gozo a qualquer custo.

Se dissemos que o cumprimento do ideal leva à satisfação, o sentimento de não alcançá-lo pode ser devastador para algumas pessoas. Esse sentimento de incapacidade de mover-se no presente e que é ampliado ao tempo futuro é gerador de sofrimento. (...) Um supereu que tem por função impelir o indivíduo a cumprir o ideal será feroz com aquele que não o pode atingir (Puertas, 2010, p.110).

Destarte, tal prerrogativa de prazer sem o contorno necessário do princípio realidade reflete, por sua vez, na falta de uma autoridade amorosa e um Supereu protetor com vistas a ideais mais atingíveis.

Portanto na contemporaneidade, a autoridade da família vem sendo destituída de seu valor histórico e constitutivo na formação e no acolhimento de seus membros, na medida em que o caráter fundante e protetor que seria responsabilidade/autoridade da família vem sendo substituído pelo Grande Mercado, que se dissemina de forma glamourosa por uma via impositiva e autoritária, na qual se dissemina via seduções e enganos o grande dever, o ideal da cultura mercadológica : o dever ao prazer irrestrito, com sua falsa promessa de completude.

Assim, tendo em vista a grande extensão da Indústria Cultural permeando a relação indivíduo-cultura e a aparente destituição da autoridade de seu valor fundante, essa breve exposição permite fomentar alguns questionamentos acerca das repercussões do autoritarismo exercido pelo Mercado na contemporaneidade.

Referências

Adorno, T. (1978). A indústria Cultural. In: Cohn, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade*. Ed. 4. São Paulo: ed. Nacional. p 287-295.

Adorno, T; Horkheimer, M. (1985). Excurso I: Ulisses ou Mito ou esclarecimento. In: T. Adorno & M. Horkheimer, *Dialética do esclarecimento – fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. p.47-71.

Cabot, M. (2010). *La cultura, los médios de comunicación y la representacion política de las massas*. Trabalho apresentado no VII Congresso Internacional de Teoria Crítica: Natureza, sociedade: crises. Campinas, Brasil.

Cohn, G. (1996). Adorno e a teoria crítica da sociedade. In: G. Cohn, *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Editora Ática.

Freud, S. (1981/1938). *Compendio del Psicoanálisis*. Madrid: Biblioteca Nueva.

González Rey, F. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Anais V CIPSI - Congresso Internacional de Psicologia

Psicologia: de onde viemos, para onde vamos?

Universidade Estadual de Maringá

ISSN 1679-558X

Lipovetsky, G. (2007). *Felicidade Paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Trad: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

Puertas, K. C. (2010). *Emergência e Constituição do Ideal do Eu em Freud*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

Apresentação 3

BODY ART E O GROTESCO: DESAFIOS A SENSIBILIDADE.

Alexandra Arnold Rodrigues*
Jô Gondar

Esta pesquisa pretende tensionar com uma análise crítica o papel da *Body Art* no que tange a formação e a sensibilidade dos homens hoje. Visa ainda, elaborar uma breve “diagnose” do contexto sócio-histórico atual. Para tanto, propõe-se um diálogo entre a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e a Psicanálise, compreendendo esta como um instrumento de crítica a cultura e vislumbre da possibilidade de uma sociedade que ofereça elementos formativos para a emancipação humana.

A arte é compreendida nesta pesquisa como um fazer formativo e expressivo, portanto, articula trabalho, cultura e linguagem. Além disto, a arte convoca a filosofia e a educação, já que a ação estética que se pressupõe na arte orienta-se para algo não tangível, ou seja, para uma estrutura simbólica e reflexiva, mesmo que referente a uma razão sensível. Desta forma, entende-se que não existe a arte por si, mas sempre uma relação com a fruição estética, com uma exigência de interpretação/sensibilidade colocada pela obra. Tais pontos posicionam a arte como um *locus* de ruptura possível diante do contexto totalitário, marcado pelo princípio identitário da sociedade de consumo, indicando a sua potencialidade para desvelar e encarnar as tensões, contradições do social, bem como sua potencialidade para permitir a experiência da alteridade. Para Theodor Adorno, a arte na modernidade ao ser tomada como bem de consumo e ao ser calculada e manipulada para gerar emoções pressupostas, se torna falsa, sintética, exibição da indústria cultural e impossibilidade de educar os sentidos contra uma identidade fixa.

Por outro lado e em alguns casos, a arte moderna, por seu caráter fragmentário e expressivamente não-conciliado (em oposição a arte na antiguidade clássica) reflete a dor/sofrimento humano e anuncia a multiplicidade de interpretações possíveis, já que se impõe como um bem cultural que não guarda em si uma síntese redentora. Por isto, a

arte pode produzir experiências e retirar o sujeito de sua posição passiva. Contudo, em algumas vertentes da chamada arte contemporânea se instaura uma relação relativamente nova dentro da história da arte. Trata-se da relação artista-obra-espectador, nos conhecidos *Happenings* e *Performances* iniciados na década de 70. Arte não figurativa, que lança a problemática da interatividade (inclusive tecnológica) e da assimilação da “obra” à vida imediata.

A *Body Art*, que divide palco com tais vertentes, aponta ainda para uma intensificação desta problemática ao colocar o corpo, e por vezes tecnologias inseridas/implantadas no corpo, diretamente no jogo artístico. Deflagra-se então o contexto sócio-histórico que comporta esta arte e as conseqüências subjetivo-formativas frente a expressividade do artista e a sensibilidade do espectador. Para compreender este contexto e suas reverberações no psiquismo vale resgatar a tese da “sociedade excitada” de Christoph Türcke, que se inspira no aforisma 150 da obra “Minima Morália” de Theodor W. Adorno e nas análises de Walter Benjamin sobre os choques das grandes metrópoles na Modernidade. Tal autor, junto com alguns psicanalistas contemporâneos, defende a hipótese de que nossa sociedade guarda em si um caráter traumatogênico (portanto atualiza as gêneses traumáticas dos sujeitos) e assim, lançam a possibilidade de interpretar a *Body Art* como um reflexo, mas também como denúncia, desta condição social da atualidade de excesso e, conseqüentemente, de anestesia sensória pelos choques corriqueiros e contínuos do dia-a-dia e do vício em sensações alastrado no modo de vida atual. Este vício aparece também como correlato da repetição compulsiva decorrente do trauma freudiano, que se apresenta no fenômeno das *Body Modifications*: vício na mudança corporal e na dor, sendo a *Body Art* um desdobramento desta.

Para Freud, a ferida física é uma forma de conter o trauma, uma contra-catexia que localiza a ameaça traumática em um perigo real. A ferida corporal daria contornos ao trauma. Dito isto, compreende-se que para quem pratica a mutilação corporal, tem o registro encarnado de uma dor não simbolizada, uma memória corporal que funciona como uma tina, evitando um colapso. Por outro lado a exposição desta ferida sendo aberta em tempo real para um público que procura por arte obriga o contato do

espectador com o choque traumático, um abalo, que acomete pelo susto. Daí decorre duas possibilidades de análise: diante do contato desvelado e despudorado deste corpo ferido e frágil que também é o daquele que contempla, é possível que o espectador se insira em tal realidade traumática sofrendo suas conseqüências.

Se o sujeito se encontra despreparado, não pode se proteger com uma mediação subjetiva e acaba sendo violentado e invadido pelo horror na absorção identitária e catártica. Por outro lado, é possível que este processo grotesco induza de alguma forma a uma sensibilidade e a uma “perturbação do pensar”. A assimetria do grotesco convoca uma expansão do outro, obriga o contato com a diferença, a monstruosidade e a desarmonia própria de um mundo que as nega pela falsa totalização da sociedade. Como aponta Jean Baudrillard, a máxima expressão deste ódio à suposta harmonia e totalidade do mundo administrado foi o atentado as torres gêmeas em Nova York. Deve-se pontuar que o grotesco emerge de uma “mutação brusca, da quebra insólita de uma forma canônica, de uma deformação inesperada. A dissonância não se resolve em nenhuma conciliação, já que daí decorrem o espanto e o riso, senão o horror e o nojo” (Sodré & Paiva, 2002, p. 16). Trata-se, portanto, de estratégias estéticas que não dizem em si, mas obrigam o espectador sentir. Mesmo na afirmação do real, explora a contraditória relação com o corpo na atualidade. Literalidade dolorosa que coloca o espectador em contato com o outro radical com o qual a sociedade atual tanto flerta: a morte.

A *Body Art* aparece como um homúnculo ou caricatura extravagante do social que, por vezes, extravasa a possibilidade interpretativa. Como o acesso a monstruosidade de Górgona que “pode provocar igualmente o pavor de uma angústia sagrada e a gargalhada libertadora” (Vernant, 1988, p. 40).

Referências

Sodré, M., & Paiva, R. (2002). *O Império do Grotresco*. Rio de Janeiro: MAUAD.

Vernant, J. P. (1988). *A morte nos olhos: figurações do Outro na Grécia antiga*. *Ártemis, Gorgó*. (C. Marques, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.